



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO *34º Exame de Seleção de Estagiários de Direito da PR/RJ .*

INSTRUÇÕES

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, este caderno de prova, que deve conter 40 (quarenta) questões objetivas, 10 (dez) de Direito Constitucional, 10 (dez) de Direito Penal, 10 (dez) de Direito Administrativo e 10 (dez) de Teoria Geral do Processo, e questões discursivas de Direito Constitucional, Direito Penal, Direito Administrativo e Teoria Geral do Processo. Caso haja qualquer erro de impressão, solicite imediatamente a substituição.

2. **VERIFIQUE**, também, a folha de respostas da prova objetiva e o Caderno de Respostas da prova discursiva. **Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.**

3. Preencha corretamente seus dados no **CARTÃO DE RESPOSTA** e no campo correspondente no **CADERNO DE RESPOSTAS**. **Não serão corrigidos os Cadernos de Respostas da prova subjetiva nos quais não conste o número da inscrição do candidato.**

4. Não rasure o campo destinado à atribuição da nota.

5. Os espaços para resposta são **LIMITADOS**. **NÃO** serão consideradas quaisquer anotações fora do espaço apropriado. Atente, ainda, para o **LIMITE DE LINHAS** que tenha sido fixado em **CADA QUESTÃO DISCURSIVA**.

6. Use **SOMENTE** caneta esferográfica **PRETA** ou **AZUL** nas Folhas de Respostas e no Caderno de Respostas.

7. O candidato só poderá sair com a prova após 90 (noventa) minutos de iniciado o exame.

8. O exame terá duração de 04 (quatro) horas. Aconselhamos não se deter nas questões difíceis, deixando-as para o final.

BOA SORTE!

Rio de Janeiro, 24 de março de 2024.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

1) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a alternativa correspondente:

- a) segundo o princípio da instrumentalidade das formas, as normas processuais devem ser interpretadas e aplicadas em função da situação de direito material posta na lide;
- b) a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada;
- c) na ausência de normas específicas, o Código de Processo Civil aplica-se supletiva e subsidiariamente aos processos eleitorais, trabalhistas e administrativos;
- d) o princípio da cooperação processual visa a obtenção de decisão de mérito justa e efetiva, em tempo razoável;
- e) todas as afirmativas acima são corretas.

2) São características da jurisdição, exceto:

- a) substitutividade;
- b) definitividade;
- c) proatividade;
- d) unidade;
- e) imparcialidade.

3) Acerca da competência, marque a alternativa incorreta:

- a) a competência é resultado de critério de distribuição da jurisdição, segundo previsão legal;
- b) como regra geral, a competência é determinada no momento inicial do processo, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente;
- c) as regras de competência relativa visam resguardar precipuamente o interesse público;
- d) a competência funcional relaciona-se com as distribuições das funções exercidas em um mesmo processo;
- e) a competência de tribunais superiores e da justiça federal é prevista constitucionalmente.

4) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a letra "e":

- a) a causa de pedir é composta pelos fatos da lide e pelos fundamentos jurídicos do pedido;
- b) o pedido é a providência que se pede ao Poder Judiciário e delimita a extensão da decisão judicial;
- c) é possível ao autor formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior;
- d) o pedido deve ser certo e determinado;
- e) todas as afirmativas acima são corretas.

5) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a letra "e":

- a) no processo civil, o Ministério Público atuará nas causas que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz e litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana;
- b) o Ministério Público poderá atuar no processo prestando consultoria a entidades públicas que figurem como parte;
- c) atuando como fiscal da lei, o Ministério Público será intimado de todos os atos do processo e terá vista dos autos após as partes;
- d) o membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.;
- e) todas as afirmativas acima são corretas.

6) É competente para processar e julgar originariamente ação cujo objeto trate de bens ou interesses de uma sociedade de economia mista da Administração Federal:

- a) um Tribunal Regional Federal;
- b) um juiz de direito;
- c) um Tribunal de Justiça;
- d) um juiz federal;
- e) um juiz do trabalho

7) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a letra "e":

- a) o instituto da preclusão não se aplica ao juiz da causa;
- b) a preclusão induz a marcha do processo rumo ao provimento jurisdicional, evitando retrocessos e atos extemporâneos ou repetitivos ;
- c) a preclusão lógica decorre da perda de faculdade processual em virtude de incompatibilidade com ato praticado anteriormente;

d) a preclusão consumativa decorre da perda de faculdade processual em virtude do esgotamento do exercício anterior desta oportunidade, independentemente dos resultados obtidos;

e) todas as afirmativas acima são corretas.

8) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a letra "e":

a) toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo;

b) na legitimação extraordinária ocorre dissociação entre a legitimação para agir e a titularidade do direito material;

c) toda pessoa detém capacidade para ser parte; no entanto, para ser parte, nem sempre é exigido ser pessoa;

d) o juiz nomeará curador especial ao incapaz se os seus interesses colidirem com os de seus representantes legais, enquanto durar a incapacidade;

e) todas as afirmativas acima são corretas.

9) Marque a afirmativa INCORRETA; se todas forem corretas, marque a letra "e":

a) a carta rogatória destina-se a órgão judicial de estado da federação diverso ao daquele que a expediu;

b) a citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual;

c) a intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo.;

d) os atos meramente ordinatórios poderão ser praticados de ofício pelo escrivão ou chefe de secretaria;

e) todas as afirmativas acima são corretas.

10) O juiz proferirá decisão sem resolução de mérito quando:

a) o autor carecer de interesse processual;

b) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção ;

c) acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;

d) decidir de ofício sobre ocorrência de prescrição;

e) homologar a transação entre as partes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11) O regime jurídico de direito público é caracterizado pela:

- a) Igualdade entre as partes.
- b) Supremacia do interesse particular sobre o público.
- c) Submissão do Estado às normas de direito privado.
- d) Supremacia do interesse público sobre o privado.
- e) Autonomia das vontades das partes.

12) A administração pública direta corresponde:

- a) Às empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) Aos órgãos que integram a estrutura administrativa do governo federal, estadual e municipal.
- c) Às autarquias e fundações públicas.
- d) Aos serviços sociais autônomos.
- e) Às entidades paraestatais.

13) São considerados servidores públicos, EXCETO:

- a) Empregados de empresas públicas.
- b) Funcionários públicos estatutários.
- c) Militares das Forças Armadas.
- d) Empregados de sociedades de economia mista.
- e) Membros do Poder Judiciário.

14) Um ato administrativo é anulável quando:

- a) Pratica-se com competência e finalidade.
- b) Há desvio de poder.
- c) Está em conformidade com a lei.
- d) É praticado sob a forma prescrita em lei.
- e) Atende ao interesse público.

15) A responsabilidade civil do Estado é objetiva e baseada na teoria do:

- a) Risco administrativo.
- b) Risco integral.
- c) Culpa exclusiva da vítima.
- d) Dolo do agente público.
- e) Culpa comum.

16) Qual das seguintes NÃO é uma modalidade de licitação?

- a) Concorrência.
- b) Pregão.
- c) Convite.
- d) Leilão.
- e) Contratação direta.

17) O princípio que garante a ambas as partes o direito de participar do processo, apresentando suas alegações e provas, é conhecido como princípio do:

- a) Contraditório.
- b) Legalidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Publicidade.
- e) Eficiência.

18) O diretor de uma autarquia federal é acusado de autorizar compras sem licitação, sob a justificativa de emergência, para itens não essenciais. Se comprovada a conduta, ele poderá ser acusado de improbidade administrativa por:

- a) Enriquecimento ilícito, já que assumiu benefícios pessoais indiretos com as compras.
- b) Lesão ao erário, devido à realização de despesas não justificadas como emergenciais.
- c) Violação aos princípios da administração pública, especialmente legalidade e moralidade.
- d) Ato de negligência, considerando a possível falta de dano ao patrimônio público.
- e) Enriquecimento ilícito de terceiros, cabendo apenas sanção civil.

19) Administração Pública Indireta inclui:

- a) Ministérios e Secretarias de Estado.
- b) Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- c) Órgãos públicos não integrantes da estrutura do Estado.
- d) Entidades privadas que colaboram com o Estado.
- e) Associações públicas e organizações sociais.

20) A responsabilidade do Estado por atos omissivos é:

- a) Sempre objetiva.
- b) Sempre subjetiva.
- c) Nunca aplicável.
- d) Condicionada à existência de dolo.
- e) Aplicável em casos de dano específico e direto.

DIREITO PENAL

21) A máxima nullum crimen sine injuria corresponde dogmaticamente ao princípio da:

- a) Legalidade;
- b) Lesividade;
- c) Culpabilidade;
- d) Proporcionalidade;
- e) Intranscendência.

22) Condutas que não afetam o bem jurídico penal são afastadas do Direito Penal em razão do princípio do (a):

- a) insignificância;
- b) adequação social;
- c) legalidade;
- d) proporcionalidade;
- e) fragmentariedade.

23) A luz da Teoria Finalista da Conduta cujo principal representante foi Hans Welzel, considera-se como conduta penalmente relevante:

- a) comportamento humano causador de uma modificação no plano dos fatos perceptível aos sentidos;
- b) comportamento humano socialmente relevante dentro da vida de relação;
- c) tudo o que pode ser imputado ao homem como centro anímico espiritual;
- d) conduta humana finalisticamente dirigida pela vontade;
- e) a imputação da ação segundo o critério do risco.

24) Examine a situação abaixo e indique a lei aplicável ao caso concreto:

Jorge cometeu o delito previsto no tipo penal A (pena máxima de 4 anos). Posteriormente, a lei 1 altera o delito (pena máxima de 6 anos). Passado algum tempo a lei 2 reduz a pena (pena máxima de 5 anos). Por fim, no dia seguinte à sentença penal condenatória, a lei 3 reduz a pena mais uma vez (pena máxima de 3 anos).

- a) aplica-se a lei da data do fato em razão do tempus regit actum.
- b) aplica-se a lei vigente na data da sentença (lei 2).
- c) aplica-se a lei 3, vigente depois da sentença.
- d) aplica-se a lei 1, a primeira posterior ao fato.
- e) combinam-se preceitos das várias leis para identificar a mais favorável.

25) Jobson usou documentos falsos para obter um benefício previdenciário. A fraude foi descoberta e apurada por inquérito (IPL) da Polícia Federal. Antes que o MPF oferecesse a denúncia, Jobson restituiu integralmente o valor recebido. Nesse caso, a pena do estelionato cometido será reduzida em razão do(a):

- a) arrependimento posterior.
- b) arrependimento eficaz.
- c) arrependimento involuntário.
- d) desistência voluntária.
- e) desistência involuntária.

26) Não constitui uma causa de exclusão da ilicitude expressamente prevista em nosso Código penal:

- a) Legítima defesa.
- b) Estado de necessidade.
- c) Exercício regular de um direito.

- d) Estrito cumprimento do dever legal.
- e) Consentimento do ofendido.

27) O erro de tipo recai sobre:

- a) elementos objetivos descritivos do tipo.
- b) elementos objetivos descritivos e normativos do tipo.
- c) elementos subjetivos do tipo.
- d) elementos subjetivos e objetivos descritivo do tipo,
- e) elementos subjetivos e normativos do tipo.

28) Quando o Código Penal afirma que se considera causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido, verifica-se ali a adoção da teoria da(o):

- a) conditio sine que non.
- b) causalidade adequada.
- c) relevância jurídica.
- d) imputação objetiva.
- e) Domínio final do fato.

29) Não é crime contra o patrimônio:

- a) o dano culposos.
- b) o furto de energia.
- c) o roubo de joias.
- d) o estelionato contra idoso.
- e) a extorsão.

30) Em sede de conflito aparente de normas é possível afirmar que o delito de explosão (art. 251, CP) é absorvido pelo furto qualificado pela explosão (art. 155 § 4º-A, CP), introduzido pela Lei n. 13.654/2018 em razão do princípio da:

- a) subsidiariedade expressa.
- b) subsidiariedade tácita.
- c) consunção.
- d) especialidade.
- e) alternatividade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31) De acordo com a Constituição, em caso de conflito aparente entre norma constante de tratado internacional de direitos humanos e norma inserida em lei federal editada após a ratificação do tratado, o intérprete deve:

- a) aplicar a lei federal, por ser norma posterior que derroga a norma anterior.
- b) aplicar o tratado internacional, pois todos os tratados de direitos humanos veiculam normas de natureza constitucional.
- c) aplicar a lei federal, pois nenhum tratado internacional pode ofender a soberania do Poder Legislativo da União.
- d) aplicar o tratado internacional, a menos que a norma contida na lei federal seja mais favorável à vítima ou à proteção do direito.
- e) formular consulta ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso III, "b", da Constituição.

32) Assinale a alternativa correta a respeito dos remédios constitucionais:

- a) um sindicato não é parte legítima para impetrar mandado de segurança individual, possuindo legitimidade apenas para a propositura de mandado de segurança coletivo.
- b) por direito líquido e certo entende-se aquele que pode ser demonstrado de plano, documentalmente, na propositura da ação.
- c) o Ministério Público não é parte legítima para impetrar mandado de segurança individual.
- d) o mandado de injunção é o remédio adequado para se obter o acesso a informações constantes de registros públicos.
- e) a ação popular é o remédio constitucional cabível para tutelar o acesso à informação por parte do cidadão.

33) Compete aos juízes estaduais julgar, em primeira instância:

- a) ação cível proposta por cliente do Banco do Brasil, questionando a cobrança de taxa indevida.
- b) ação penal por crime contra o sistema financeiro nacional.
- c) ação penal proposta em face de Deputado Estadual, por crime contra a Administração Pública estadual, cometido no exercício do mandato.
- d) ação postulando o reconhecimento de vínculo empregatício e o pagamento de verbas trabalhistas, proposta por empregada doméstica.
- e) ação previdenciária, proposta por convivente em união estável em face do INSS, postulando a concessão de pensão por morte.

34) Não é bem da União:

- a) a Mata Atlântica.
- b) a Praia de Copacabana.
- c) o Rio São Francisco.
- d) a Ilha Grande, em Angra dos Reis.
- e) saibro e areia extraídos em Seropédica.

35) As regras abaixo constam do art. 37 da Constituição:

I. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações

II. a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração

III. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos

Elas visam, principalmente, dar concreção ao princípio constitucional da:

- a) legalidade.
- b) impessoalidade.
- c) moralidade administrativa.
- d) publicidade.
- e) eficiência.

36) Advogado impetra na Justiça Federal habeas corpus contra multa ambiental lavrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia pública federal, postulando a anulação do auto de infração. O writ deve ser:

- a) indeferido porque a competência para julgar habeas corpus contra ato de autoridade do IBAMA pertence à Justiça Estadual.
- b) deferido, pois o habeas corpus é o remédio constitucional cabível para impugnar auto de infração ambiental, quando a infração também constituir crime.

c) deferido, porque a Constituição assegura a todos os litigantes em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

d) indeferido, por inadequação da via processual eleita.

e) indeferido, porque não é cabível controle jurisdicional em face de auto de infração lavrado por órgão ambiental, tendo em vista os princípios da legitimidade e da autoexecutoriedade dos atos administrativos.

37) Assinale a alternativa INCORRETA:

a) a liberdade de manifestação artística ocupa posição de preferência ou prioridade “prima facie” na colisão com outros interesses juridicamente tutelados, inclusive com os direitos da personalidade.

b) o art. 220, § 3º, da Constituição não dá poder à União para determinar que a exibição de um determinado programa de TV se dê somente nos horários correspondentes à classificação etária estabelecida pelo Ministério da Justiça.

c) manifestações de natureza religiosa que importem em insulto, ofensa ou estímulo à intolerância e ao ódio contra pessoas LGBT caracterizam ilícito de natureza civil, mas não penal.

d) o direito ao dissenso – desde que a manifestação não configure crime – é protegido pela Constituição mesmo quando implique em posições ou ideias que hostilizem severamente, por efeito de seu conteúdo argumentativo, com correntes majoritárias de pensamento de determinada coletividade.

e) a liberdade de expressão das ideias religiosas inclui o direito de tentar convencer os outros - inclusive por intermédio de prosélitos nos meios de comunicação social - a mudar de religião.

38) O princípio da legalidade na Administração Pública, reconhecido expressamente pela Constituição Federal, surge a partir do conceito de Estado de Direito, e tem, como decorrência:

a) a liberdade da administração pública para realizar tudo o que não é proibido por lei.

b) a impossibilidade de decisões de caráter discricionário por parte da administração pública.

c) a obrigação do administrador público de fazer apenas o que está previsto em lei.

d) a permissão da discriminação de indivíduos em prol da manutenção da lei.

e) a impedimento da irretroatividade da lei visando preservar a pretensão de direitos públicos.

39) Segundo a teoria dos “frutos da árvore envenenada”:

- a) documento recolhido durante cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido por autoridade judicial competente não deverá ser considerado válido no processo penal se o endereço da busca tiver sido obtido exclusivamente a partir de escuta telefônica não autorizada.
- b) o interesse público justifica, excepcionalmente, a adoção de medidas judiciais em face de pessoas presas que revelem alta periculosidade.
- c) a gravação ambiental de conversa mantida pelo réu e uma testemunha do processo não poderá ser usada pela defesa sem o consentimento da testemunha.
- d) no processo administrativo disciplinar não se aplicam os mesmos princípios e limitações à prova vigentes no processo penal.
- e) compete ao magistrado avaliar a prova segundo critérios de proporcionalidade e razoabilidade, separando assim as provas que deverão ser consideradas ilícitas.

40) É exemplo de discriminação indireta contrária ao princípio constitucional da igualdade:

- a) reserva de percentual de vagas para pessoas transsexuais em curso de pós-graduação oferecido por universidade pública.
- b) exclusão, em edital de concurso militar, de vagas para pessoas com deficiência.
- c) lei que proíba a matrícula, na rede municipal de educação, de crianças estrangeiras em situação irregular no país.
- d) tratamento diferenciado a empresas conforme o impacto ambiental gerado durante o processo produtivo.
- e) abordagens policiais feitas com base na cor da pele da pessoa.



MPF – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

QUESTÕES PROVA SUBJETIVA

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Explique como se articulam, no processo civil:

- a pretensão, o direito de ação e a lide (até 15 linhas)
- o processo, o procedimento e a preclusão (até 15 linhas)

DIREITO ADMINISTRATIVO

João, servidor público municipal, responsável pela manutenção dos veículos da prefeitura, utiliza um desses veículos para realizar viagens pessoais aos finais de semana, alegando que está fazendo um "teste de funcionamento". Esse fato chega ao conhecimento da população, gerando insatisfação e questionamentos sobre o uso dos bens públicos. Considerando a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), discorra sobre a conduta de João, indicando o suposto enquadramento legal e o elemento subjetivo que caracteriza o ato como improbidade administrativa no caso concreto.

DIREITO PENAL

Defina o princípio da lesividade e indique sua importância para o Direito Penal Moderno. (10 linhas)

DIREITO CONSTITUCIONAL

Limites constitucionais ao poder constituinte derivado. (Máximo 15 linhas)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
34º Exame de Seleção de Estagiários de Direito da PR/RJ.

FOLHA DE RESPOSTA

Inscrição Nº

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Prova Subjetiva – TGP

| | |
|------|--|
| (1) | |
| (2) | |
| (3) | |
| (4) | |
| (5) | |
| (6) | |
| (7) | |
| (8) | |
| (9) | |
| (10) | |
| (11) | |
| (12) | |
| (13) | |
| (14) | |
| (15) | |
| (16) | |
| (17) | |
| (18) | |
| (19) | |
| (20) | |

Grau

| |
|--|
| |
|--|

01)

(02)

(03)

(04)

(05)

(06)

(07)

(08)

(09)

(10)

(11)

(12)

(13)

(14)

(15)

(16)

(17)

(18)

(19)

(20)

(21)

(22)

(23)

(24)

(25)

(26)

(27)

(28)

(29)

(30)

Grau





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
34º Exame de Seleção de Estagiários de Direito da PR/RJ.

FOLHA DE RESPOSTA

Inscrição Nº

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Prova Subjetiva – DIREITO ADMINISTRATIVO

| | |
|------|--|
| (1) | |
| (2) | |
| (3) | |
| (4) | |
| (5) | |
| (6) | |
| (7) | |
| (8) | |
| (9) | |
| (10) | |
| (11) | |
| (12) | |
| (13) | |
| (14) | |
| (15) | |
| (16) | |
| (17) | |
| (18) | |
| (19) | |
| (20) | |

Grau

| |
|--|
| |
|--|

- (01)
- (02)
- (03)
- (04)
- (05)
- (06)
- (07)
- (08)
- (09)
- (10)
- (11)
- (12)
- (13)
- (14)
- (15)
- (16)
- (17)
- (18)
- (19)
- (20)
- (21)
- (22)
- (23)
- (24)
- (25)
- (26)
- (27)
- (28)
- (29)
- (30)

Grau



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
34º Exame de Seleção de Estagiários de Direito da PR/RJ.

FOLHA DE RESPOSTA

Inscrição Nº

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Prova Subjetiva – DIREITO PENAL

| | |
|------|--|
| (1) | |
| (2) | |
| (3) | |
| (4) | |
| (5) | |
| (6) | |
| (7) | |
| (8) | |
| (9) | |
| (10) | |
| (11) | |
| (12) | |
| (13) | |
| (14) | |
| (15) | |
| (16) | |
| (17) | |
| (18) | |
| (19) | |
| (20) | |

Grau

| |
|--|
| |
|--|

(01)

(02)

(03)

(04)

(05)

(06)

(07)

(08)

(09)

(10)

(11)

(12)

(13)

(14)

(15)

(16)

(17)

(18)

(19)

(20)

(21)

(22)

(23)

(24)

(25)

(26)

(27)

(28)

(29)

(30)

Grau



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
34º Exame de Seleção de Estagiários de Direito da PR/RJ.

FOLHA DE RESPOSTA

Inscrição Nº

Prova Subjetiva – DIREITO CONSTITUCIONAL

| | |
|------|--|
| (1) | |
| (2) | |
| (3) | |
| (4) | |
| (5) | |
| (6) | |
| (7) | |
| (8) | |
| (9) | |
| (10) | |
| (11) | |
| (12) | |
| (13) | |
| (14) | |
| (15) | |
| (16) | |
| (17) | |
| (18) | |
| (19) | |
| (20) | |

Grau

(01)

(02)

(03)

(04)

(05)

(06)

(07)

(08)

(09)

(10)

(11)

(12)

(13)

(14)

(15)

(16)

(17)

(18)

(19)

(20)

(21)

(22)

(23)

(24)

(25)

(26)

(27)

(28)

(29)

(30)

Grau